

FATORES ASSOCIADOS À ADESÃO AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE.

Raíssa Vitória Frossard Chicareli¹
Anna Luiza Cotrim Gripp²
Deyliane Aparecida de Almeida Pereira³
Érica Stoupa Martins⁴
Marcella Ferroni Gouveia⁵
Bárbara Brandão Feitosa⁶

deyliane.univertix@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências da saúde.

RESUMO

Este trabalho busca analisar os motivos que dificultam a adesão da população aos serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), fatores que corroboram negativamente com a eficácia dos serviços ofertados pela rede pública de atendimento. Os dados foram obtidos por meio de uma pesquisa quantitativa utilizando a técnica de levantamento de dados, sendo que esses entrevistados fazem parte de um diversificado grupo populacional. Obteve-se resultados apontando que 90,0% dos entrevistados já utilizaram os serviços ofertados pelo SUS. Além disso, foram abordadas algumas condições relevantes para que os indivíduos não tenham a adesão necessária para o funcionamento eficaz do Sistema Único de Saúde, principalmente na área da Atenção Primária à Saúde (APS).

PALAVRAS-CHAVE: Saúde, Sistema Único de Saúde, atendimento primário, adesão.

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi implantado no Brasil por meio da Constituição Federal de 1988, sendo um modelo de assistência ao bem estar biopsicossocial da população, que visa garantir a saúde dos cidadãos, que foi construído em níveis de atenção. A Atenção Primária à Saúde (APS) é a base para o

¹ Acadêmica do 2º período do curso de Medicina da Faculdade Vértix de Matipó- Univértix.

² Acadêmica do 2º período do curso de Medicina da Faculdade Vértix de Matipó- Univértix.

³ Licenciatura e Bacharel em Educação Física – UFV. Mestre em Educação Física – UFV. Doutora em Ciências da Nutrição UFV. Professora do Centro Universitário Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos: Educação e Saúde – NUPES.

⁴ Assistente Social. Professora da Centro Universitário Vértice –UNIVÉRTIX– Matipó.

⁵ Enfermeira Cardiologista. Mestre em Ciências da Saúde. Docente dos cursos de Medicina e Enfermagem.

⁶ Professora no Centro Universitário Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó

efetivo funcionamento do SUS, uma vez que é o nível responsável por gerir e registrar todas as necessidades de cada indivíduo que utiliza a rede de saúde pública. Baseado nisso, depreende-se que a APS é resolutiva na maioria dos casos, fator que coloca em destaque esse atendimento primário, e, por conseguinte, faz-se necessário que haja um funcionamento eficaz desse nível de atenção (SOUZA, MANZINI, LEITE, 2021).

A Unidade Básica de Saúde (UBS) é a principal porta de acesso da população à Atenção Primária, essa estrutura apresenta uma organização assistencial coerente com a realidade da civilização local, bem como um número limite de pessoas por unidade, a fim de que haja um atendimento adequado. Esses aspectos são essenciais para o funcionamento da UBS, já que cada região do país apresenta especificações regionais, tendo em mente que o Brasil possui uma imensa diversidade regional e cultural que são fatores determinantes de saúde (BRASIL, 2017).

Além disso, a UBS oferece diversos serviços que buscam atender as leis integrantes do SUS, como é o caso das campanhas de vacinação, que são medidas para prevenir que determinadas patologias se tornem endêmicas. Visto isso, fica explícito que, além de tratar as necessidades de saúde fundamentais da população, a Unidade Básica de Saúde atua na prevenção de casos que agridem a homeostasia humana, utilizando de medidas preventivas para esse fim. Com isso, no cenário atual, diversas doenças são caracterizadas como erradicadas no território brasileiro, como é o caso da Varíola (vírus causador dessa doença "Orthopoxvirus variolae"), fator que se deve ao conjunto de ações promovidas pela atenção primária (BRASIL, 2017).

Outro papel atribuído ao sistema público de saúde do Brasil é o oferecimento de uma fonte contínua de cuidados ao longo da vida do indivíduo, caracterizando um dos atributos da APS- a longitudinalidade-, de forma que cada pessoa deve ter a manutenção da saúde ao longo de todas as etapas da vida. Esse atributo garante que cada caso seja analisado de acordo com seu histórico de saúde, o que leva a compreensão da particularidade dos indivíduos, tornando a tomada de decisão mais certa e eficaz para a assistência à vida dessas pessoas (BRASIL, 2017).

Apesar disso, ainda há problemas para que a população utilize esses recursos ofertados pelo SUS, como é o caso de municípios de pequeno porte. Nesta

concepção, é importante compreender as possíveis causas para que essa adesão não seja efetiva. A acessibilidade às unidades básicas é um fator que se considera uma suspeita como causadora da falta de adesão dos indivíduos a esses serviços, tendo em vista que muitos dependem dos apoios estruturais para acessar as unidades, considerando as limitações físicas dos mesmos, sendo devido à idade ou devido a algum comprometimento físico. Ademais, muitas pessoas classificam negativamente o atendimento na UBS por inúmeras causas relacionadas a falta de recursos básicos para um atendimento eficiente, de forma que a condição financeira individual acaba sendo um determinante nessa situação, visto que os cidadãos com menos recursos financeiros dependem mais do atendimento público, fator que impacta de forma mais rigorosa na saúde dessas pessoas, já que, mediante a escassez de recursos, não é possível recorrer a atendimentos particulares em que há uma vasta rede de aparelhagem e materiais diversos para um atendimento eficaz (JORGE, SALETE, 2019).

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo analisar os motivos relacionados à adesão ao Sistema Único de Saúde, em um município de pequeno porte. Tem-se como questão norteadora: Quais fatores estão associados à baixa adesão da população ao Atendimento Primário no Sistema Único de Saúde?

Estudos como este são relevantes, pois é fundamental que se tenha em mente os pontos que levam os cidadãos a não utilizarem os vastos serviços ofertados pelo SUS, o que gera como consequência uma redução na eficácia desse sistema.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, do tipo descritiva, na qual adotou-se a técnica de levantamento de dados. Esta modalidade é um dos tipos de pesquisa de campo e diz respeito à solicitação de informações a um grupo de pessoas antecipadamente selecionadas, acerca de um problema de estudo (LUDWIG, 2015). Ela ajuda a conhecer uma realidade e oferece condições para estabelecer a correlação entre as variáveis medidas.

As pesquisas de levantamento, segundo Gil (2008), é a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Proceda-se à solicitação de

informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados. Neste tipo de pesquisa é realizada a coleta dos dados investigando o objeto de estudo no seu meio, sendo o local de investigação, um município de pequeno porte, na Zona da Mata Mineira.

Para isto, foi realizada em praça pública, no dia 03 de junho de 2023, a consulta verbal, na qual o participante foi convidado a expressar sua opinião quanto aos fatores relacionados à sua adesão ao SUS, sem possibilidade de identificação do participante, desde o momento da coleta dos dados, conforme preconizado pela Resolução CNS n.º 510, de 2016, em seu artigo 2º, XIV.

Os participantes da pesquisa foram pessoas de ambos os sexos, maiores de idade, que aceitaram responder às seguintes questões:

- 1- Você considera importante o calendário de vacinação?
- 2- Está com o cartão de vacina em dia?
- 3- Já deixou de tomar alguma vacina por medo da reação?
- 4- Você sabe o que é SUS?
- 5- Considera importante o Sistema Único de Saúde (SUS)?
- 6- Já utilizou alguma vez os serviços oferecidos pelo SUS, como consultas (de médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeuta e nutricionista)?
- 7- Faz uso das vacinas que são ofertadas pelo SUS?
- 8- Quando está doente, primeiramente você procura a Unidade Básica de Saúde pertencente a área em que mora ou vai direto ao hospital?
- 9- Quantas vezes por ano você procura a UBS?
- 10- Quantas vezes por ano você procura o hospital?

Pelo presente trabalho tratar-se de uma pesquisa de levantamento, no qual descreve, a opinião pública, com participantes não identificados, quanto aos fatores relacionados à adesão ao Sistema Único de Saúde, em um município de pequeno porte, este artigo não foi submetido à apreciação ética pelo Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), conforme preconiza a Resolução nº 510, de 07/04/2016 (BRASIL, 2016). Cabe destacar que as diretrizes para pesquisas definidas pela Resolução CNS/MS

466/12 e suas complementares foram atendidas, no que tange às garantias de confidencialidade dos dados, não identificação dos participantes e sigilo das informações (BRASIL, 2012).

Após a coleta das informações, os dados foram digitados em planilha eletrônica do Microsoft Excel, tabulados e organizados em tabelas contendo a frequência simples e absoluta dos dados. Estes foram, posteriormente, confrontados com os achados da literatura sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram entrevistados 60 indivíduos de ambos os sexos, maiores de idade e que aceitaram responder às perguntas. Durante o contato, procurou-se informar a população sobre a importância das Unidades Básicas de Saúde e os serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde, que atende mais de 190 milhões de pessoas. Vale ressaltar que o artigo 196 da Constituição Brasileira diz que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988).

Os resultados mostraram que 98,3% da população entrevistada conhece o Sistema Único de Saúde (SUS) e o considera importante, sendo que 90,0% já utilizou os serviços oferecidos, como consultas com médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, entre outros. É de suma importância que a população conheça os serviços que têm direito e que saibam que o SUS é para todos e não somente para aqueles que não possuem alto poder aquisitivo, sendo um de seus princípios a universalidade a qual determina que todos devem ser atendidos independentemente de cor, religião, sexo ou condição econômica. É através desse sistema que o indivíduo deve receber um atendimento integral, universal e equânime, princípios estes já idealizados na 8ª Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em março de 1986. Tal assertiva se justifica, devido ao SUS ter como função promover, proteger e recuperar a saúde da população de maneira eficiente (ROSÁRIO, BAPTISTA, MATTA, 2020).

A Unidade Básica de Saúde (UBS) tem a função de ser o primeiro contato desses indivíduos com o sistema e por isso é primordial que as demandas deles sejam

atendidas. Os dados coletados evidenciam que apenas 45,0% das pessoas procuram a Unidade Básica de Saúde mais próxima no caso de doença, sendo que os homens o fazem em 48,38% das vezes e as mulheres em um número ainda menor, em 41,37%.

Gomes, Pinto e Cassuce (2021) afirmam que quando se trata do consumo de serviços de saúde pública pode-se determinar que a percepção da satisfação seria afetada pelas características individuais dos pacientes, pela administração no atendimento e pela infraestrutura da unidade que recebe o usuário. A UBS é a base de todo um sistema no qual os indivíduos devem ser introduzidos para que sejam atendidos da maneira mais eficiente possível e se estes não se sentem satisfeitos e seguros para procurar o sistema, todo o funcionamento e propósito do SUS fica comprometido. Ademais, notou-se que 55,0% da população entrevistada procura a Unidade Básica de Saúde com uma frequência igual ou menor a 1 vez por ano, dado este que reflete a pouca adesão das pessoas ao acompanhamento na Unidade Básica de Saúde nas quais estão vinculadas.

Camargo-Borges e Japur (2008) apontam que pensar a não-adesão como uma forma de autocuidado, e não como falta de compromisso com a saúde, possibilita reconhecer o usuário como um aliado na luta pela promoção da saúde nas comunidades. Ou seja, é preciso repensar os motivos pelos quais as pessoas não estão recorrendo aos serviços que têm direito, podendo ser um destes a falta de confiança naquilo que lhes está sendo oferecido. Suas demandas e reclamações devem ser escutadas, pois atenção primária deve ser eficiente e satisfatória no atendimento de toda população.

Na Conferência Global sobre APS foi produzida a Declaração de Astana, onde esta é apontada como “o enfoque mais eficaz, eficiente e equitativo para melhorar a saúde, o que faz dela um alicerce necessário para conseguir a cobertura universal de saúde” (Organização Mundial da Saúde, 2019). A atenção primária também possui papel fundamental na prevenção e combate de doenças imunopreveníveis. Na presente pesquisa, observou-se que 75,0% da população estava com o calendário de vacinação em dia e 96,6% consideram importante o calendário de vacinação. A

eficiência da APS em promover a saúde se torna fator determinante para que o número de pessoas vacinadas aumente cada vez mais.

Segundo Souza, Gandra e Chaves (2020), é importante que profissionais da saúde, gestores municipais e estaduais, das áreas da Atenção Primária e da Vigilância em Saúde, estejam integrados e desenvolvam estratégias de acordo com as necessidades de seu território para o alcance das metas das coberturas vacinais. Mais uma vez se torna imprescindível a adesão da população ao Sistema Único de Saúde que, por lei, deve atender todas as necessidades dos cidadãos.

Em contraponto, Machado e Silva (2012) afirmam que a falta de orientação sobre o direito de acesso e os serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde é um dos fatores para que os indivíduos não acessem esses recursos, o que corrobora com o município investigado. A saúde foi definida pela OMS como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, não apenas como a ausência de enfermidades. Visto isso, entende-se que o combate à doenças não é o único mecanismo para a garantia da saúde da população, outros recursos como é o caso dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) que buscam atender psicologicamente aqueles indivíduos que apresentam necessidades não apenas clínicas e que podem ser combatidas apenas com medicamentos. Embora o CAPS se faça presente no município investigado, diversos usuários não fazem uso desse recurso, seja por desconhecimento ou devido ao estereótipo ainda atrelado às necessidades psicológicas, que são fatores que atrapalham a adesão a esse outro recurso do SUS que visa a garantia da saúde como o conceito amplo que a define.

Por outro lado, entende-se também que a não compreensão sobre o funcionamento em rede do SUS é outro fator que contribui para que a população da cidade investigada não utilize esses serviços efetivamente. A APS deveria ser resolutiva em mais de 80,0% dos problemas relacionados à saúde, no entanto, muitos indivíduos não têm em mente a diferença entre quando é necessário recorrer à UBS e quando é preciso ir ao hospital. Tal fato corrobora com a presente pesquisa, na qual apontam o hospital como prioridade em procura ao questionar a população sobre qual atendimento recorrem quando apresentam problemas de saúde. Mediante a isso, evidencia-se que há uma escassa orientação para direcionar os residentes neste

município, fator que gera essa incompreensão sobre os níveis de atenção do SUS. Por conseguinte, um modelo que foi planejado para atender de forma eficaz às necessidades dos usuários acaba não atingindo esse objetivo, já que os indivíduos não aderem da maneira necessária, ao ponto de gerar uma sobrecarga no atendimento secundário.

Por fim, entende-se que são necessárias medidas que levem informação à população, pois, segundo Gomes, Pinto e Cassuce, a melhora na percepção dos usuários dos serviços de saúde no Brasil, prestado pelas UBSs, pode ser alcançada sem que haja um aumento significativo de recursos financeiros. É preciso que os indivíduos confiem na Unidade a qual estão vinculados e que estas ofereçam um serviço que evidencie seus princípios doutrinários, atendendo os usuários de maneira universal, equânime e integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz dos fatos mencionados, o presente trabalho objetivou analisar os possíveis fatores associados à baixa adesão aos serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde. É de suma importância que se conheça esses fatores, para que assim seja viável intervir e trazer as melhorias necessárias ao setor. Vale ressaltar que a Atenção Primária se constitui como a base desse sistema em redes que deve promover, proteger e recuperar a saúde, realizando-o através de medidas eficientes que atendam a população de maneira equânime, integral e universal.

Com esta pesquisa espera-se mostrar a importância de extinguir as barreiras para adesão integral da população ao SUS. É tendo contato com os indivíduos que se torna possível atender suas demandas, tornando-se imprescindível o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde. Sem essa interação com as UBSs, todo o funcionamento e eficiência do sistema fica comprometido, prejudicando a situação da saúde pública no Brasil.

São necessários estudos que indiquem e desenvolvam medidas eficazes capazes de atingir as pessoas de maneira que estas se tornem cada vez mais cientes de seus direitos de saúde e se sintam acolhidas da melhor forma possível dentro da UBS a qual estão inseridas. Sem a confiança da população, todo o propósito da

Atenção Primária de possuir a responsabilização e a longitudinalidade se tornam funções distantes de se concretizarem. Para que o Sistema Único de Saúde funcione da maneira planejada e idealizada é preciso que profissionais e usuários caminhem juntos, sem obstáculos de comunicação, construindo um desempenho cada vez mais eficaz.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Brasília-DF: CONEP, 2016.. Disponível em:<<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017**. Brasília, 2017.

CAMARGO-BORGES, Celiane; JAPUR, Marisa. Sobre a (não) adesão ao tratamento: ampliando sentidos do autocuidado. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 17, p. 64-71, 2008.

DE SOUZA, Caique Nogueira; MANZINI, Fernanda; LEITE, Silvana Nair. Serviços mínimos de Atenção Primária à Saúde em contextos de crises. **JMPHC| Journal of Management & Primary Health Care| ISSN 2179-6750**, v. 13, p. e06-e06, 2021.

DOS SANTOS MACHADO, Anderson; DA SILVA, Vivian Costa. Além do informar: a comunicação social a serviço dos processos de promoção em saúde e das redes de gestão e atenção. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 6, n. 2, 2012

GOMES, Maria Alice Vaz; PINTO, Vinicius de Oliveira; CASSUCE, Francisco Carlos da Cunha. Determinantes da satisfação no atendimento das Unidades Básicas de Saúde (UBS). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 1311-1322, 2021.

ROSÁRIO, Celita Almeida; BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria; MATTA, Gustavo Corrêa. Sentidos da universalidade na VIII Conferência Nacional de Saúde: entre o conceito ampliado de saúde e a ampliação do acesso a serviços de saúde. **Saúde em debate**, v. 44, p. 17-31, 2020.

SOUZA, Priscilla Azevedo; GANDRA, Beatriz; CHAVES, Ana Cláudia Cardozo. Experiências sobre imunização e o papel da atenção primária à saúde. **APS em Revista**, v. 2, n. 3, p. 267-271, 2020.